

ENTRE A POLÍTICA DOMÉSTICA E A POLÍTICA GLOBAL: OS DETERMINANTES PARA A SECESSÃO BEM-SUCEDIDA DA ERITREIA

Albano Agostinho Troco¹

Introdução

Conflitos de secessão não são uma ocorrência nova no continente africano. Desde o despontar das independências, na década de 1960, uma quantidade de países vivenciou, em seus territórios, rebeliões, nas quais comunidades marginalizadas ou grupos etnolinguísticos demandavam a separação territorial de um Estado existente a fim de dar origem a novas nações independentes. A lista é longa e inclui unidades territoriais em países como Angola (Cabinda), Comores (Anjouan e Mohedi), República Democrática do Congo (Katanga, Kassai do Sul), Etiópia (Eritreia, Ogaden e Oromia, Afar), Mali (Tuaregs), Níger (Tuaregs), Nigéria (Biafra, Delta do Níger), Senegal (Casamance), Somália (Somalilândia) e Sudão (Sudão do Sul) – para mencionar apenas alguns.

Apesar da alta incidência de conflitos de secessão no continente, apenas dois casos obtiveram sucesso, resultando no estabelecimento de novos Estados: a Eritreia, em 1993, e o Sudão do Sul, em 2011. O presente estudo avança ao apresentar uma quantidade de fatores que podem ajudar a trazer sentido à retirada formal da Eritreia da Etiópia em 24 de maio de 1993. Tal evento representa um desenvolvimento extraordinário na África pós-colonial, uma vez que significou a primeira vez em que uma unidade territorial dentro um Estado africano existente obteve sucesso ao separar-se para tornar-se um

¹ Departamento de Estudos Políticos, Witwatersrand University, Johannesburg, África do Sul. E-mail: albanotroco@gmail.com.

novo Estado². Além disso, a luta de secessão bem-sucedida da Eritreia e a consequente independência aconteceram em meio a uma estrutura continental particularmente hostil ao surgimento de novos Estados fora do contexto colonial (Troco 2018, 55)³.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo contribui para os debates acerca dos determinantes para secessões bem-sucedidas, com especial referência ao continente africano. O seu argumento principal aponta que o resultado de sucesso da luta secessionista na Eritreia foi resultado de uma firme conjugação de fatores domésticos e externos. Tais fatores incluem as reivindicações eritreias históricas e legais por autodeterminação territorial, as políticas de alienação de Dergue, a efetividade da Frente de Libertação do Povo Eritreu (FLPE), o colapso da União Soviética e o final da Guerra Fria, bem como o papel de apoio desempenhado pelos Estados Unidos da América.

A discussão procede da seguinte maneira: a primeira seção provê um apanhado teórico acerca da temática de secessão. A segunda seção reflete as causas profundas das demandas secessionistas na África, ao passo que a terceira observa a geografia política e a história da Eritreia. A quarta seção descreve as dinâmicas da alienação secessionista e de resistência armada na Eritreia. Por fim, na quinta seção, são expostos os determinantes para a secessão bem-sucedida da Eritreia.

Entendendo a Secessão

Secessão é um conceito contestado (Doyle 2010, 1). Como a maioria dos conceitos em Ciências Sociais, há pouco consenso entre acadêmicos acerca da sua definição (Pavikovic e Radan 2007, 4). Anderson (2013, 344), por exemplo, percebe a secessão como qualquer formação estatal a partir de um Estado soberano já estabelecido. Desta perspectiva, a vasta maioria das antigas colônias na África e na Ásia seria considerada um caso de secessão. Kohen (2006, 1) e Pavikovic e Radan (2007, 1), por sua vez, restringem a secessão aos Estados formados fora do contexto colonial, enquanto Bartkus (1999) enfatiza o papel do reconhecimento por parte de outros Estados como um critério essencial para a condição de “Estado” *per se*.

2 Tentativas de secessão anteriormente reportadas de maneira ampla, Katanga (1960) e Biafra (1967), falharam ao serem efetivamente destruídos pelas Forças Armadas.

3 As polícias da Organização da Unidade Africana (OUA) e da sua sucessora, a União Africana (UA), apoiam e defendem o caráter inviolável das fronteiras herdadas do período colonial pelos Estados africanos.

No centro do conceito de secessão, há a noção de separação, emanada da etimologia da palavra: o verbo latino *secede*, que significa “separar-se” (Pavikovic e Radan 2007, 5, tradução nossa). Nesse sentido, Anderson (2013, 345, tradução própria) clarifica que “secessão é sinônimo de afastar-se ou retirar-se”. Essa noção é claramente refletida na definição defendida no presente estudo. Assim, secessão é a “criação de uma nova entidade estatal independente por meio da separação de uma parte do território e da população de um Estado existente” (Kohen 2006, 1, tradução própria).

Deve-se considerar, contudo, que a secessão não é um fato instantâneo. Acadêmicos propuseram inúmeras teorias para explicar quando e porque secessões ou tentativas de secessão ocorrem. Essas teorias estão categorizadas em três grupos distintos: (1) teorias explicativas, as quais concernem os fatores sociais, políticos e econômicos que desencadeiam uma secessão⁴; (2) teorias normativas, que focam nas justificativas morais e éticas para a secessão⁵; e (3) teorias legalistas, que confrontam os direitos dos povos à autodeterminação e à preservação da integridade territorial dos Estados, enraizada em uma variedade de documentos legais domésticos e internacionais⁶.

Embora teoricamente relevantes, abordagens normativas e legalistas para secessão acabam restringindo a análise acerca dos conflitos secessionistas ao plano das ideias. Uma teoria útil de secessão deve transcender o nível das ideias e engajar fatores estruturais relevantes, tais como os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais secessões ou tentativas de secessão acontecem. Como explicado por Keller (2007, 3, tradução própria), “apenas dessa maneira as teorias poderão fornecer um roteiro para que se atinjam entendimento e soluções para conflitos intraestatais motivados pelo desejo de separação por parte de certos grupos”.

Teorias explicativas de secessão percebem o fenômeno, primeira e primordialmente, como um processo direcionado à obtenção da condição de independência estatal, muitas vezes implicando uma “complexa série de reivindicações e decisões, negociações e/ou lutas, que podem ou não levar à criação de um novo Estado” (Kohen 2006, 14, tradução própria). Seguindo essa mesma linha, Premdas (2013, 4, tradução nossa) comenta que “a secessão pode ser analiticamente concebida como um processo permeado por

4 O modelo analítico comparativo de secessão apresentado por Wood (1980) e a teoria de estratégia estatal de Butt (2017) encontram-se nessa categoria.

5 A obra de Buchanan (1991) “Secessão: a moralidade do divórcio político de *Fort Sunter* a Lituânia e Quebec” ilustra as teorias dessa categoria.

6 Um exemplo dessa abordagem é Dersso (2012): Direito Internacional e a Autodeterminação do Sudão do Sul.

passos e etapas, causas cumulativas e precipitantes, exibindo, periodicamente, padrões de acomodação e intransigência”.

No geral, movimentos e conflitos de secessão emergem quando comunidades etnoculturais sub-estatais, frustradas em sua busca por reconhecimento e por recursos, desafiam o Estado e sua respectiva definição territorial por meio da busca por independência estatal. Haja vista que a fragmentação territorial do Estado é uma ameaça à própria definição da condição de “Estado”, governos centrais, frequentemente, tentam subjugar militarmente os grupos separatistas, acarretando, em última instância, no início de guerras civis (Pavikovic e Radan 2011, 1). Esses conflitos armados tendem a ser “prolongados, punitivos e proibitivamente custosos, além de serem lutados com fanática intensidade e inflexível teimosia, resultando em alta incidência de mortes de civis” (Beary 2008, 1, tradução própria).

Tal qual na maioria dos conflitos, Estados externos, com seus interesses e agendas próprios, frequentemente juntam-se às partes beligerantes, adicionando combustível à substância da luta” (Premdas 2013, 5, tradução própria). Isso torna fatores externos, considerações geopolíticas em particular, uma variável crítica para o desenvolvimento e resultado dos conflitos de secessão. Butt (2017, 2, tradução própria), por exemplo, apresenta uma interessante ponderação acerca de como “a secessão altera negativamente a balança de poder, considerando-se ambos o grupo étnico secessionista e o seu Estado existente rival”. Horowitz (1985, 230, tradução própria) explica tal visão, de maneira clara, em sua observação de que, “enquanto o surgimento de movimentos secessionistas é determinado, majoritariamente, pela política doméstica – isto é, as relações entre grupos e religiões dentro do Estado –, o sucesso da luta de secessão é também determinado, em ampla escala, pela política internacional, ou seja, pela balança de forças e interesses que se estende além do Estado em questão”.

A etapa final no processo de obtenção de condição estatal é o reconhecimento internacional. Como explicado por Wood (1980, 133), uma secessão “bem-sucedida está apenas completa quando se torna institucionalizada em um novo governo, este, por sua vez, legítimo domesticamente e reconhecido internacionalmente”. Pavikovic e Radan (2007, 10), compartilham desta visão, elucidando que, uma vez que um território se separa de sua nação de origem, o reconhecimento por parte de outros países completa o processo de obtenção da condição de Estado. Em outras palavras, uma entidade é apenas tratada como um Estado se o resto do mundo a reconhece como tal (Sterio 2009, 8), um processo que é, usualmente, informado por considerações políticas (Ker-Lindsay 2012, 7).

As Causas dos Conflitos de Secessão na África

Como apontado em um estudo prévio, na África pós-colonial, as origens dos conflitos de secessão estão relacionadas, essencialmente, à especificidade das fronteiras interestatais e dos problemas de governança (Troco 2018, 58).

A maior parte das fronteiras africanas foram demarcadas na Conferência de Berlim de 1884 e assim se mantêm, quase inalteradas, até hoje. Nas palavras de um proeminente africanista, tais fronteiras são vistas como “artificiais e arbitrárias, na medida que não correspondem ao que se consideram limites demográficos, etnográficos e topográficos racionais” (Herbst 1989, 693, tradução própria), e “propensas a juntarem povos que, historicamente, viveram sob diferentes, quando não inimigos, sistemas” (Engelbert *et al.* 2001, 1093, tradução própria). A elite nacionalista, contudo, concordou em manter as fronteiras herdadas do período colonial, transformando-as em fronteiras internacionais entre os emergentes Estados pós-independência” (Hughes 2004, 834, tradução própria). Desde então, o respeito pelo caráter sacrossanto das fronteiras africanas tornou-se a política oficial da Organização da Unidade Africana (OUA), posteriormente reafirmada pela sua sucessora, a União Africana (UA).

Outra questão central para os conflitos de secessão na África pós-colonial se relaciona com problemas de má governança. De fato, dinâmicas de marginalização levam grupos a desafiar o Estado (Ylonen 2013, 131, tradução própria). Ndulo (2013, tradução própria) reporta que “falhas de governança levam grupos minoritários a acreditarem que não estão sendo incluídos nos assuntos correntes do Estado”. De acordo com Katz (1995, 183, tradução própria), “essa frustração, com frequência, leva a mobilizações por parte de identidades baseadas em etnias ou em território, com a crença de que os direitos do referido grupo seriam protegidos de maneira adequada sob um território autogovernado”. Bamfo (2012, 37) se junta a essa visão, indicando que diferenças ideológicas e de políticas entre uma região ou grupo étnico e o governo central podem levar ao surgimento de um sentimento separatista, o qual pode ou não evoluir para uma guerra de secessão.

Geografia Política e História da Eritreia

Secessão pressupõe a existência de um território habitado por uma população potencialmente secessionista. Assim, antes de proceder à análise

acerca dos determinantes para a secessão bem-sucedida da Eritreia, é crucial que se inicie com uma consideração sobre a localização geográfica da região, bem como sobre a sua população e história desta.

A Eritreia⁷ situa-se ao longo da costa Ocidental do Mar Vermelho, ao Norte do Chifre da África, fazendo fronteira, a Norte e Noroeste, com o Sudão, a Sul, com a Etiópia e, a Sudeste, com o Djibouti. Embora o país possua uma população de, aproximadamente, 5,2 milhões de habitantes, a Eritreia é descrita como o lar de um “mosaico de comunidades diversas” (Sherman 1980, 3, tradução própria). Isso inclui os seguintes grupos: Afar, Bilen, Hedareb, Kunama, Nara, Rashaida, Saho, Tigre e Tigrinya. Os últimos dois constituem os dois grupos etnolinguísticos majoritários do país. Os eritreus que falam o idioma tigré são, na sua maioria, muçulmanos e agropastoris, e habitam as terras baixas do Leste e do Oeste, enquanto os eritreus que falam a língua tigrínia são geralmente cristãos e partilham laços étnicos com as comunidades também de língua tigrínia na Etiópia (Mussie 2011, 18).

Figura 1: Mapa Político da Eritreia



Fonte: Nations Online, 2018. Disponível em: <<https://www.nationsonline.org/one-world/map/eritrea-political-map.htm>>

⁷ Os italianos nomearam o território, em 1890, à luz da expressão, em romano, *Erythraeum Mare*, a qual, literalmente, refere-se a “mar vermelho” (Fegley 1995, XV).

A primeira alusão à Eritreia de que se tem registro foi feita pelos egípcios em 3000 a.C. e narra o comércio marítimo entre os faraós do Egito e os chefes locais na costa eritreia do Mar Vermelho (Sherman 1980, 4). Mussie (2011, XX, tradução própria) pontua que “a história eritreia foi caracterizada pela predominância de conflitos, por movimentos populacionais e por intervenção externa”. De fato, entre os séculos VIII e XX, a Eritreia esteve, sucessivamente, sob a autoridade de forças árabes (muçulmanos) – século VIII a XV –, turcas-otomanas (século XVI), do Quêdivato do Egito (segunda metade do século XIX), italianas (1890-1941), britânicas (1941-1952) e etíopes (1962-1991).

A Eritreia surgiu como uma entidade política moderna em 1º de janeiro de 1890, após a Itália estabelecer a colônia eritreia (Fegley 1995, XXXIII). O mandato colonial italiano sobre o território perdurou até 1941. Durante esse período, os italianos transformaram a Eritreia em uma “colônia de colonos”, introduzindo, assim, melhoras nas áreas de administração pública, serviços médicos, agricultura, sistema bancário, produção de manufaturas, indústria leve, sistemas de estradas e de ferrovias, etc. A colônia viveu progresso material adicional após 1933, como resultado das preparações de guerra que a Itália empreenderia contra a Etiópia. O domínio colonial italiano sobre a Eritreia findou-se em 1941, após forças Aliadas lideradas pelos britânicos derrotarem o exército italiano empregado no país durante a Segunda Guerra Mundial⁸.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Itália foi forçada a renunciar à soberania de suas colônias na Líbia, Somalilândia e Eritreia como parte dos termos do Tratado de Paz assinado com as quatro maiores potências vitoriosas (Reino Unido, França, Estados Unidos e União Soviética). Com relação à Eritreia, as quatro potências falharam em acordar um plano de “disposição”, dado que continham diferentes visões acerca do assunto: o Reino Unido apoiava uma partição da Eritreia entre Sudão e Etiópia; a França optava pela volta da Itália como poder administrativo; os Estados Unidos propunham uma gestão fiduciária coletiva das Nações Unidas por um período de dez anos, seguida de independência; e os soviéticos mostravam-se favoráveis a uma gestão fiduciária individual (Iyob 1995, 63).

Conseqüentemente, o destino eritreu tornou-se pauta das Nações Unidas. Uma Comissão das Nações Unidas que contava com representantes da Noruega, Birmânia, África do Sul, Guatemala e Paquistão foi enviada ao

⁸ Subseqüentemente, a Eritreia foi controlada pelos britânicos até 1952. Ao longo da guerra, a Administração Militar Britânica desenvolveu o complexo industrial eritreu para suprir as necessidades de uma economia de guerra.

país, no início de 1950, a fim de preparar um relatório para a Assembleia Geral da ONU. A Comissão deveria considerar as opiniões da população eritreia, a sua capacidade de autogoverno, os interesses regionais sobre paz e segurança da África Oriental, e as reivindicações da Etiópia para que a Eritreia se juntasse novamente a sua “pátria etíope”, bem como para que lhe fosse garantido, por motivos de necessidade, um adequado acesso ao mar. Ao final, a Comissão demonstrou-se dividida em suas recomendações: Birmânia, Noruega e África do Sul apontavam para uma associação próxima entre Eritreia e Etiópia, enquanto Guatemala e Paquistão recomendaram a plena independência. Em 2 de dezembro de 1950, a Assembleia Geral da ONU adotou a resolução que federava a Eritreia à Etiópia imperial e, em 11 de setembro de 1952, o Imperador Etíope Haile Selassie ratificou a Constituição eritreia, assim estabelecendo a federação etíope-eritreia (Iyob 1995, 64).

Alienação Secessionista e Resistência Armada na Eritreia

Os direitos e as responsabilidades da Etiópia e da Eritreia no âmbito federal foram definidos na referida Resolução da ONU. De acordo com Fegley (1995, XXXVIII, tradução própria),

A Resolução da Assembleia Geral da ONU, adotada em votação de quarenta e sete contra dez, estabelecia que a Eritreia deveria ser conectada ao Império Etíope por meio de uma estrutura federal branda, sob a soberania do imperador etíope, mas com uma forma de autogoverno interno. O governo federal, no mesmo modo do governo imperial existente, ficaria encarregado de controlar assuntos exteriores e de defesa, comércio exterior e interestados, transportes e finanças. O controle sobre os assuntos domésticos (incluindo polícia, administração local, e taxação local para atingir seu próprio orçamento) seria exercitado por uma assembleia eritreia, eleita e praticada por um modelo parlamentarista. O Estado eritreu deveria possuir sua própria administração e estruturas judiciais, bem como sua própria bandeira.

Durante os anos de federação etíope-eritreia (1952-1962), contudo, a Etiópia tratou de dismantelar o status federal autônomo da Eritreia por meios diplomáticos, militares e extrajudiciais. A sabotagem levada a cabo por Addis Abeba em relação ao arranjo federal foi atribuída à reivindicação histórica sobre a Eritreia (a qual fora, historicamente, parte da “Grande Etiópia”) e a posicionamentos pró-Etiópia que acreditavam que “a autonomia eritreia era inatingível e apenas uma união completa serviria às necessidades de ambos

os países”. Assim, durante a primeira parte do período federativo, 1952-1955, “a democracia de fachada da Eritreia foi, gradualmente, sendo erodida pela colaboração da nova administração com membros pró-Etiópia da primeira Assembleia eritreia” (Iyob 1995, 88, tradução própria). O Imperador Haile Selassie declarou a corte federal etíope como sendo a corte de apelação final do território em 30 de setembro de 1952, pondo, assim, a corte federal eritreia sob uma posição de subordinação. Em julho de 1953, a Etiópia promulgou uma lei requerendo que todos os homens eritreus em áreas urbanas portassem carteiras de identidade em todos os momentos, restringindo sua mobilidade.

Após 1955, a violação do status autônomo da Eritreia no âmbito da federação tornou-se mais flagrante, na medida que a intimidação, coerção e poder militar juntaram-se ao jogo (Iyob 1995, 89). Em julho de 1955, Tedla Beiru, o mais alto oficial executivo no governo eritreu, abdicou, citando “a excessiva interferência e pressão por parte do representante oficial do imperador na Eritreia” (Sherman 1980, 27, tradução própria). Um ano depois, o amárico (idioma da elite dominante na Etiópia) foi declarado como idioma oficial da Eritreia, removendo Tigre e Tigrínia de tal posto. Em dezembro de 1958, uma lei foi aprovada descartando a bandeira eritreia e promovendo a adoção da bandeira etíope. No ano seguinte, a Assembleia eritreia votou para substituir as leis eritreias pelo código penal etíope e, em maio de 1960, a Assembleia eritreia alterou seu nome de governo eritreu para administração eritreia.

O regime imperial etíope também decidiu enfraquecer a economia da Eritreia, tornando-a dependente da produção etíope. Para tanto, oficiais etíopes desencorajaram investimentos externos e engajamento comercial com a Eritreia (Mussie 2011, 62). As indústrias eritreias foram forçadas ou a fecharem ou a moverem suas operações para a Etiópia (Keller 2007, 22). Essas políticas tiveram sérios impactos na classe trabalhadora da Eritreia, uma vez que “taxas mais altas de desemprego resultaram em uma migração massiva de trabalhadores eritreus ao Sudão, ao Oriente Médio e à Etiópia, na busca por postos de trabalho” (Mussie 2011, 62, tradução própria).

Finalmente, em 14 de novembro de 1962, “com forte presença do exército etíope no entorno do prédio de administração eritreia, onde a Assembleia se reunia” (Iyob 1995, 94, tradução própria), representantes eritreus revogaram o status federal autônomo da Eritreia, tornando-a a décima quarta província da Etiópia.

A erosão gradual da autonomia da Eritreia, fato que culminou na incorporação forçada do território ao Império Etíope, catalisou a resistência eritreia. Oposição organizada à dominação etíope iniciou-se de forma séria

no início da década de 1950 com três grandes movimentos, os quais promoviam a luta armada pela independência eritreia; eram eles: o Movimento de Libertação da Eritreia (MLE)⁹, a Frente de Libertação da Eritreia (FLE)¹⁰ e a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE)¹¹. A luta armada contra a dominação eritreia evoluiu de emboscadas ocasionais e operações de guerrilha para confrontos militares de larga escala entre movimentos eritreus de libertação e o exército etíope.

Durante a primeira década do conflito, a FLE recorreu a táticas de guerrilha rural devido às suas desvantagens estratégicas em confrontos abertos com as forças de segurança da Etiópia. Os ataques em grupo focavam-se em estações policiais para capturar equipamento militar etíope (Shairman 1980, 73), em assassinatos de indivíduos considerados contrários à causa revolucionária e em atos de sabotagem contra a infraestrutura vital do país,

9 O MLE foi estabelecido em 1958 pelos exilados eritreus no Sudão. O movimento procurava mobilizar apoio dentro da Eritreia e no exterior contra a crescente erosão da federação (Negash 1997, 148). No início, o programa de ação do MLE visava à defesa do status autônomo eritreu contra as invasões etíopes (Mussie 2011, 63). Após, o movimento começou a reivindicar a libertação eritreia por meio de um golpe de Estado (Iyob 1995, 101). O movimento foi, ao fim, dissolvido em 1970, após muitos de quadros o abandonarem por outro, a Frente de Libertação da Eritreia (FLE).

10 A FLE foi fundada em Cairo, em julho de 1960. O movimento enfatizava a resistência armada como única alternativa à dominação etíope. Inicialmente, o movimento não tinha uma linha ideológica clara, expondo uma combinação de fundamentalismo islâmico e de marxismo fervoroso (Iyob 1997, 110). Uma filosofia marxista mais radical surgiu no meio da década de 1970, quando quadros jovens retornaram de campos de treinamento em países árabes radicais, China e Cuba (1997, 110). A chegada de quadros jovens acendeu uma luta de poder entre a nova geração e as lideranças antigas, levando à partição do movimento em três outros: a Frente de Libertação Popular (FLP), a Frente de Libertação da Eritreia – Frente de Libertação Popular (FLE – FLP), e a FLE-Ubel. A FLE continuou a ser destrozada pelas forças centrífugas de ideologia, etnia, religião e sectarismo, ao mesmo tempo que lutava contra grupos nacionalistas emergentes.

11 A FPLE surgiu como um grupo separatista da FLE em setembro de 1973, sob a liderança de Ramadan Mohammed Nur (Secretário-Geral) e Isayas Aferworg (Vice-Secretário-Geral) (Markakis 1987, 64). O posicionamento ideológico do movimento foi descrito como uma “aplicação seleta, pragmática – até eclética – da filosofia marxista, adaptada ao contexto particular da luta nacionalista de libertação da Eritreia” (Iyob 1995, 123). Estrategicamente, a FPLE provou-se uma força militar efetiva atacando o exército etíope em toda a Eritreia. O movimento começou a atrair um grande número de recrutas, especialmente entre a juventude urbana, intelectual e cristã (Figley 1995, XLI). Dois anos após a sua fundação, já possuía cerca de dez mil combatentes. Os seus quadros encorajavam as mulheres a se juntarem à organização e, em 1991, as mulheres constituíam um terço do exército da FPLE (Mussie 2011, 66). O movimento foi bem-sucedido no estabelecimento de alianças políticas e militares com dois grupos etíopes: o Partido Revolucionário Popular da Etiópia (PRPE) e a Frente Popular de Libertação Tigre (FPLT). Essa cooperação desempenhou um papel central na vitória sobre o exército etíope (Mussie 2011, 66).

como tanques de reserva de petróleo, rodovias, ferrovias (Pateman 1990, 85) e aeronaves das Linhas Aéreas Etíopes (Sherman 198, 78). Durante esse período, ajuda material para os insurgentes eritreus veio do Egito, Síria, Iraque, Iêmen do Sul e Líbia (Heraclides 1991, 188).

As autoridades etíopes tentaram conter a FLE explorando rivalidades regionais e religiosas entre a população (estratégia de dividir para conquistar) e atacando zonas de atuação da FLE (política militar) (Pateman 1990, 85). O governo de Haile Selassie dependia significativamente dos Estados Unidos e de Israel para apoio de material militar. Nesse sentido, foi reportado que, “de 1953 a 1970, os Estados Unidos provieram US\$147 milhões em assistência militar ao governo de Haile Selassie. Isso contabilizou cerca de metade da assistência estadunidense total aos países africanos nesse intervalo de tempo” (Sherman 1980, 75, tradução própria).

A segunda década do conflito eritreu começou com forte ofensiva diplomática e militar da Etiópia contra os separatistas eritreus, precipitada pela emboscada e homicídio de um comandante eritreu de alto escalão (Sherman 1980, 79). Ao final de 1970, foi declarado estado de emergência em grande parte da Eritreia, seguido de um ataque contra áreas controladas pela FLE, incluindo bombardeios realizados pela Força Aérea da Etiópia, e da implementação de esquemas de reassentamento forçado para cortar o apoio popular aos guerrilheiros (Thomas 2012, 8). Além disso, o imperador procedeu para lutar os eritreus na área diplomática, impedindo-os de receber auxílio militar adicional do Sudão, da China e do Iêmen do Sul (Sherman 1980, 80). Essa ofensiva teve o imediato efeito não apenas de reduzir as operações de guerrilhas da Eritreia, mas também de alienar a população rural, causando o ressurgimento dos membros de movimentos de libertação (Thomas 2012, 8).

O período entre 1970 e 1974 vivenciou a fragmentação dos movimentos de libertação eritreus e o início de uma guerra civil entre a FEL e a FPLE. Tal guerra teve fim em 1974, após o Dergue¹² tornar imperativo que ambos os movimentos formassem uma frente unificada contra o novo regime de Addis Abeba. O Dergue, contudo, persistiu com a política de Selassie de incorporação da Eritreia pela Etiópia (Heraclides 1991, 182). Em 1976, forças eritreias lançaram uma grande ofensiva contra tropas do Dergue, coletando vitória atrás de vitória na arena militar e libertando grande parte das cidades

12 O Dergue, oficialmente Governo Militar Provisório da Etiópia Socialista, foi a junta militar que depôs o regime imperial de Selassie. Governou a Etiópia de 1974 a 1987. Durante esse período, a defesa de princípios Marxista-leninistas alienou os Estados Unidos (maior apoiador etíope sob o Imperador Selassie), ao mesmo tempo que atraiu grande apoio militar por parte da União Soviética e do grande bloco Oriental.

eritreias (Sherman 1980, 87). No início de 1978, a FLE e a FPLE já controlavam todo o território da Eritreia (Markakis 1987, 63).

Os ganhos militares eritreus desse período coincidiram com o realinhamento do Chifre da África em relação às grandes potências e com a invasão somali da região do Ogaden. Em 1977, os EUA passaram a cortar auxílio militar a Addis Abeba, enquanto Moscou começava a preencher tal vácuo (Pateman 1990, 88). Além disso, é argumentado que, durante esse período, o governo etíope, sob patrocínio soviético e cubano, direcionou suas energias a um desafiante internacional mais crível, a Somália, somente retomando sua atenção à Eritreia quando o exército somali fora retirado da Etiópia (Pateman 1990, 88). Essa interpretação é embasada pelo fato de que o exército etíope conseguiu retomar a maioria das cidades dominadas pelos separatistas eritreus seis meses após a guerra do Ogaden¹³.

Após a ofensiva etíope de 1978, a luta armada eritreia atingiu um novo impasse estratégico, o qual perdurou até 1984. Esse período marcou o início de uma nova fase de confrontos armados na guerra civil da Eritreia (1980-1981), resultando na derrota da FLE e inaugurando a hegemonia da FPLE (Markakis 1987, 67)¹⁴. A FPLE continuou a ganhar apoio das massas eritreias e pôde mobilizar os eritreus contra o Dergue. Ademais, um exército etíope enfraquecido e desmoralizado lançou uma série de ataques falhos contra a FPLE, os quais resultaram em um incremento dos arsenais militares da Eritreia, uma vez que eles capturavam grandes quantidades de armas e munições a partir de sucessivas lutas abortadas (Tomas 2012, 12).

O impasse militar foi quebrado em 1984 com a FPLE entrando em um período de ofensiva (Markakis 1987, 68). Em março de 1988, a balança de poder já tendia a favor dos eritreus, após a sua vitória decisiva na batalha de Afabet (Pateman 1990, 80). Mussie (2011, 68, tradução própria) comenta que “a derrota do exército etíope na batalha de Afabet foi uma perda militar imensurável para a Etiópia, mas catalisou fortemente o moral do exército de libertação”. Ferozes batalhas continuaram a ocorrer com a FPLE colaborando com a Frente Popular de Libertação Tigre (FPLT) e com a Frente de Libertação Afar (Pateman 1990, 94).

Em 1990, a FPLE capturou a cidade portuária de Massawa, seguido da libertação de todas as grandes cidades eritreias (Mussie 2011). Em 24

13 Sherman (1980, 93, tradução própria) aponta que “o ataque etíope de 1978 foi, em grande parte, planejado pelos soviéticos e realizado pelas forças da Etiópia, Cuba e Iêmen do Sul”.

14 Após anos de conflito inter-eritreia entre facções, cooperação e coexistência inquietas, a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) conseguiu empurrar a FLE da Eritreia para o Sudão no início de 1980.

de maio de 1991, a FPLE libertou Asmara, enquanto a Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (FDRPE) dominou Addis Abeba quatro dias depois (Iyob 1995, 136). Esses eventos acarretaram uma troca de regime na Etiópia e uma independência *de facto* da Eritreia (Thomas 2012, 12). Dois anos depois, um referendo patrocinado pela ONU foi organizado e 99,8% da população eritreia votou pela independência (Iyob 1995, 136). A Eritreia foi oficialmente admitida à comunidade de Estados em 24 de maio de 1993.

Explicando os Determinantes da Secessão Bem-Sucedida da Eritreia

A questão central que surge da discussão acima concerne os fatores que contribuíram para o sucesso da luta por independência estatal da Eritreia. Esse desenvolvimento político é bastante relevante, considerando que os movimentos de secessão eritreus conduziram sua luta em meio a inúmeros fatores que impediram o sucesso de outros movimentos separatistas em Katanga, Biafra e Casamance. Esses fatores incluíram pouco reconhecimento internacional da sua luta, restrito suprimento de equipamento militar e um consenso internacional acerca do medo de “Balcanização” do continente africano, entre outros.

A presente seção argumenta que a secessão bem-sucedida da Eritreia é resultado de uma firme conjugação de fatores domésticos e globais, tais como as reivindicações jurídicas e históricas do país, as políticas de alienação do Dergue, a eficácia das estratégias da FPLE, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, bem como o papel dos Estados Unidos da América.

Reivindicações Históricas e Legais da Eritreia

O primeiro fator que influenciou o sucesso da separação eritreia da Etiópia relaciona-se com as considerações históricas e legais que governavam as relações entre ambas as entidades políticas. A Eritreia possuía forte fundamentação histórica e jurídica para a sua reivindicação de independência estatal. As políticas de Guerra Fria e a rivalidade entre superpotências, contudo, privilegiava os interesses etíopes sobre as vontades eritreias (Iyob 1995, 138). Esse argumento está de acordo com a teoria de surgimento estatal de Coggins, o qual enfatiza o interesse de grandes potências e a busca por segurança externa como dois dos grandes fatores que levam ao reconhecimento estatal (Coggins 2011, 449).

O governo imperial de Haile Selassie e o regime militar que o substituiu argumentavam insistentemente que a Eritreia não era, historicamente, uma etnia distinta, mas sim uma parte da “Grande Etiópia”. Os etíopes asseguravam que ambas as entidades haviam formado o antigo reino Axumita, que existiu entre 100 e 940 d.C. Assim, a incorporação da Eritreia ao império da Etiópia representaria a reintegração dessas duas entidades, que teriam sido artificialmente separadas pelas forças do colonialismo e pela política das grandes potências (Sherman 1980, 29).

Em contraste, os eritreus afirmavam que a Etiópia não possuía reivindicações históricas sobre a Eritreia. O império etíope havia perdido tal direito quando o Imperador Menelik assinou uma série de tratados com a Itália, entre 1886 e 1889, permitindo que cidadãos italianos colonizassem a Eritreia. As ações de Menelik garantiram reconhecimento *de facto* da Eritreia como uma entidade política separada da Etiópia. Assim, o domínio colonial italiano gerou a “Eritreia como um Estado multinacional, com uma identidade política e geográfica definida” (Sherman 1980, 32, tradução própria).

Além disso, os eritreus argumentavam insistentemente que a sua luta não era de secessão, mas sim de autodeterminação. A Eritreia tinha direito à independência estatal devido ao fato de que o seu status de antiga colônia era consistente com os princípios da OUA (inviolabilidade das fronteiras herdadas do colonialismo) em relação ao surgimento de Estados africanos na era pós-colonial. Ademais, a resolução da ONU de federar a Eritreia com a Etiópia reconhecia a Eritreia como uma entidade política distinta, com uma constituição separada, um sistema de governo diferente e corpos executivos e legislativos separados. O documento tornava claro que a Eritreia não deveria ser anexada pela Etiópia. Assim, a abolição do pacto federativo Eritreia-Etiópia pelo Imperador Selassie não era apenas uma provocação à resolução da ONU, mas também uma clara violação do direito internacional.

As Políticas de Alienação do Dergue

Internamente, as políticas do Dergue, o regime militar que substituiu o governo monárquico e feudal de Selassie, facilitou o caminho eritreu à independência. O Dergue governou a Etiópia entre 1974 e 1987. Durante esse período, o regime militar implementou uma série de políticas que isolavam a si próprio de grupos dentro e fora da Etiópia. As atividades desses movimentos de oposição precipitaram a erosão do Dergue, abrindo espaço para negociações favoráveis à independência da Eritreia.

Ao subir ao poder, o Dergue adotou “Etiópia em Primeiro Lugar” como o *motto* de governo. Berhe (2004, 574, tradução própria) explica que “essa ideologia era orientada para tanto o nacionalismo quanto à modernização e, assim, era direcionada ao enfraquecimento do Estado por movimento de secessão”. Haja vista que o Dergue considerava a “Etiópia como uma sociedade monolítica”, procedeu-se com a declaração de que “quaisquer reivindicações etno-nacionalistas ou demandas por autodeterminação seriam contrárias à unidade e aos interesses etíopes” (Berhe 2004, 574, tradução própria).

Consequentemente, a ligação do Dergue com o Marxismo-leninismo e a cooperação militar com a União Soviética o tornaram impopular entre as nações ocidentais, incluindo os Estados Unidos. Em 1976, a administração do Presidente Carter cortou a assistência militar a Addis Abeba, evocando, dentre outras razões, “severas violações de direitos humanos, incluindo execuções arbitrárias”, e o firmamento de um acordo de armas no valor de US\$100 milhões junto à URSS” (Sherman 1980, 89). Em 1984, a grande fome intensificou o escrutínio internacional às políticas internas do governo etíope, uma vez que a catástrofe coincidiu com extravagantes comemorações na ocasião da fundação de um partido comunista soviético. De acordo com Negash (1997, 165, tradução própria), “a ideologia comunista seguida pelo governo e a guerra na Eritreia, a qual, nessa altura, já havia se estendido à região Norte do país, foram, a partir disso, consideradas as causas para a grande fome”.

O governo etíope também foi criticado pela comunidade internacional devido à maneira autoritária com que tentou reassentar famílias afetadas pela fome para regiões mais férteis do país. Negash (1997, 165, tradução própria) considera que “mais de meio milhão de pessoas foram retiradas forçosamente, deixando para trás outras milhares mortas ora pela longa jornada até casas que não haviam escolhido ora, uma vez no destino, por um habitat mal preparado.

As políticas do Dergue não apenas criaram hostilidade internacional ao governo de Addis Abeba, mas também empurraram milhares de recrutas aos campos dos movimentos guerrilheiros. Em 1989, por exemplo, a FLPT havia crescido a tal ponto que o governo etíope passou a considerá-la mais perigosa do que a FLPE. Em 1991, a FLPT tomou o poder estatal na Etiópia sob o nome de “Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (FDRPE) (Berhe 2004, 569).

O Colapso da União Soviética e o Final da Guerra Fria

A obtenção de caráter estatal por parte da Eritreia teria sido difícil sem o colapso da União Soviética e o subsequente realinhamento geopolítico global. A fragmentação da URSS acabou cortando assistência militar garantida ao regime etíope pelo bloco soviético, alterando o quadro Leste-Oeste a partir do qual as superpotências percebiam os desenvolvimentos no Chifre da África e abrindo uma nova janela de oportunidades para o surgimento de Estados-nação.

De 1977 a 1991, o governo etíope dependia consideravelmente do apoio militar da União Soviética e de seus aliados. A URSS tornou-se o maior provedor de armas para a Etiópia após Washington cortar sua assistência militar a Addis Abeba devido a violações de direitos humanos. Foi reportado que, em julho de 1977, a União Soviética havia concordado com o fornecimento de US\$500 milhões em armas, incluindo caças a jato e mísseis para os etíopes (Sherman 1980, 90). Equipamento soviético, combatentes cubanos e outros aliados soviéticos sustentavam os esforços de guerra etíopes durante o último quarto da Guerra Fria¹⁵.

A garantida rede de suporte ao regime etíope, contudo, começou a colapsar em 1987, após a nova liderança em Moscou avisar Addis Abeba que já não poderia contar com o suprimento contínuo de armamentos. Autoridades soviéticas informaram Mengistu que o acordo de armamentos URSS-Etiópia não seria renovado depois de 1990. No mesmo ano, tropas de Cuba e da Alemanha Oriental começaram a se retirar da Etiópia (Schraeder 1992, 165). O colapso da União Soviética em 1991 foi seguido pela tomada de Asmara e Addis Abeba, respectivamente, pela FPLE e pela FPLT, sinalizando o fim do domínio de Mengistu na Etiópia.

Em termos de políticas globais, o fim da Guerra Fria levou a mudanças sem precedentes em termos de rivalidades entre superpotências (Iyob 1995, 124). Durante a Guerra Fria, os eventos do Chifre da África e de outras regiões do mundo eram analisados dentro do contexto Leste-Oeste, observando-os como disputas ora para evitar ora para aumentar a área de influência de determinada superpotência. O final da Guerra Fria, contudo, gerou o questionamento de uma série de bases lógicas de tal conflito e de políticas que ele gerava (Schraeder 1992, 571). Conseqüentemente, os desenvolvi-

¹⁵ Como mencionado anteriormente, a assistência militar soviética foi fundamental para a vitória da Etiópia sobre a Somália durante a invasão da região do Ogaden, para a reconquista da Eritreia das mãos de movimentos de libertação eritreus nas ofensivas de 1978, bem como para ataques subsequentes direcionados à destruição de guerrilhas insurgentes na Eritreia e na Etiópia.

mentos políticos na Eritreia passaram a ser vistos a partir das suas próprias dinâmicas e não mais apenas como um apêndice do confronto ideológico entre Leste e Oeste.

Além disso, o processo de reforma da União Soviética iniciado (1986) por Mikhail Gorbachev infundiu “nova vida ao conceito do direito por auto-determinação” (Negash 1997, 163, tradução própria). Conforme apontado por Schraeder (1992, 172), a política de Gorbachev para o Leste europeu implicava “tolerância soviética à queda de Estados comunistas de partido único e reconhecimento da necessidade de permitir que os povos da Europa Oriental determinassem seus próprios caminhos políticos, independentemente do controle soviético”. Esse processo pedia a reavaliação do esquema internacional que governava o surgimento de novos Estados soberanos.

Foi em meio a esse clima de relaxamento em relação ao princípio de soberania estatal que os eritreus puderam exercer o seu direito à autodeterminação. Nas palavras de Iyob (1995, 138, tradução própria), “a demanda do povo eritreu pela autodeterminação não era mais vista como um caso isolado que representaria um perigoso precedente, mas apenas um dentre muitos outros casos”.

O Papel dos Estados Unidos da América

Os esforços dos Estados Unidos para achar uma solução diplomática para a guerra civil na Etiópia, no final da década de 1980, contribuiu de maneira decisiva para o sucesso da secessão eritreia. Nesse sentido, Paquin (2010, 128) aponta que o destino da Eritreia sempre esteve relacionado aos interesses geoestratégicos dos Estados Unidos da América (EUA). De 1952 a 1991, sucessivas administrações em Washington se opuseram à independência eritreia com o argumento de que queriam manter a estabilidade do Chifre africano. Em 1991, a administração Bush revogou tal política após o Secretário-Assistente para Assuntos Africanos, Herman Cohen, declarar apoio estadunidense ao referendo da ONU acerca da independência eritreia (Schraeder 1992, 570).

A partir de 1989, vários atores externos, incluindo a Itália e os EUA, tentaram facilitar acordos de paz entre a Eritreia e a Etiópia, e entre a Etiópia e diversos movimentos de oposição operando dentro do país (Keller 2007, 24). Os EUA se engajaram em uma série de conversas oficiais e não oficiais com líderes eritreus e etíopes, incluindo tentativas malsucedidas de mediação conduzidas pelo Presidente Jimmy Carter, em 1989 (Paquin 2010, 139). Os EUA intensificaram o seu nível de envolvimento após a saída do poder de

Mengistu, em 21 de maio de 1991. O Secretário-Assistente para Assuntos Africanos, Herman Cohen, foi enviado a Londres para a mediação entre os insurgentes e o governo etíope em colapso.

De acordo com Schraeder (1992, 570, tradução própria) “o resultado em rede do envolvimento estadunidense foi uma contribuição significativa para uma transferência de poder, a qual evitou em larga escala o derramamento de sangue e o conflito clânico ainda evidente na Somália”. Como parte dos Acordos, os EUA autorizaram que a FLPT tomasse controle de Addis Abeba e lá estabelecesse um governo de ampla coalizão. Além disso, os Estados Unidos também declararam o seu apoio ao referendo de independência da Eritreia após um período de transição de dois anos.

O apoio estadunidense ao referendo de independência da Eritreia foi uma ferramenta política para parar a guerra civil e promover a estabilidade tanto na Etiópia quanto na Eritreia (Paquin 2010, 140, tradução própria). Nas palavras do próprio autor: “a negação do direito eritreu de secessão talvez tenha causado o retorno da guerra na Etiópia”. Oficiais estadunidenses também requeriam que a liderança da FLPE não publicasse uma declaração unilateral de independência após a tomada de Asmara em 1991, porque isso causaria instabilidade adicional à Etiópia. Os EUA concordaram que ambos os governos, eritreu e etíope, necessitavam consolidar seu poder para facilitar uma transição estável para independência da Eritreia.

Por fim, os EUA afirmaram o direito da Eritreia à autodeterminação sem o consenso prévio da OUA, deixando “a organização com poucas opções senão apoiar tal política” (Paquin 2010, 141, tradução própria). Isso se relaciona com as observações de Coggins (2011, 449), que afirma que, quando uma Grande Potência (nesse caso, os EUA) confere legitimidade ao movimento/Estado secessionista, a sua decisão gera um efeito cascata de legitimidade entre os demais membros da comunidade internacional.

As Estratégias da Frente de Libertação Popular da Eritreia

O sucesso da luta eritreia pela condição de Estado soberano foi facilitado pela derrota militar do regime etíope. A derrota do Dergue pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo as táticas militares e diplomáticas dos movimentos de libertação eritreus. Atenção especial deve ser dada às estratégias da FLPE, uma vez que fora o único movimento a engajar o governo etíope na última e decisiva década da luta armada. A luta contra a ocupação etíope formou-se em duas frentes: por meio de campanhas militares contra

o exército etíope e mediante empreendimentos diplomáticos que buscavam explicar as razões para a independência da Eritreia.

Na frente militar, a FLPE adotou uma série de estratégias que se mostraram eficazes. Em primeiro lugar, a FLPE superou a superioridade militar do exército etíope ao aderir a táticas de guerrilha e a práticas de guerra prolongada (Thomas 2012, 1). Em segundo lugar, a FLPE assegurou massivo apoio popular à luta ao adotar uma série de reformas sociais nos territórios sob seu controle, em áreas como propriedades de terra, saúde, educação e relações de gênero (Sherman 1980, 101-106). Em terceiro lugar, a FLPE se apoiava, primordialmente, na Etiópia como fonte de armamento e de equipamento, capturando-os no campo de batalha e em incursões guerrilheiras a alvos específicos (Keller 2007, 24). Em quarto lugar, a FLPE pôs em prática uma política de autossuficiência nas zonas liberadas, estabelecendo indústrias para fabricar e reparar medicamentos, roupas, veículos, armas e equipamentos militares. Por fim, a FLPE estabeleceu alianças com outros grupos da Etiópia que se opunham ao regime de Dergue, como a FLPT e a FLO.

É importante notar que, no final dos anos 80, os vários grupos dissidentes que lutavam contra o governo da Etiópia se uniram sob uma organização denominada Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE). Como afirma Iyob (1995, 134, tradução própria), a aliança da FLPE com a FDRPE “baseou-se no reconhecimento desta última da demanda eritreia de autodeterminação e na convicção mútua da necessidade de livrar a Etiópia do regime de Mengistu”. Tanto a FLPE quanto a FDRPE coordenaram suas ofensivas contra as forças etíopes. A FLPE concentrou-se na captura de Asmara, enquanto a FDRPE contou com o apoio logístico da FLPE para a captura de Adis Abeba. Ao fim, as duas frentes derrotaram o exército etíope, tornando-se os principais participantes das negociações de cessar-fogo lideradas pelos EUA em Londres. Em 1993, a Eritreia tornou-se independente com a bênção completa do governo da FDRPE em Adis Abeba.

A luta foi igualmente eficaz na frente diplomática. A FLPE iniciou uma política de conquista da opinião pública internacional para a causa do povo da Eritreia. Para esse fim, foram implementadas três estratégias principais: primeiro, a FLPE reformulou a natureza de sua luta armada, da guerra anticolonial à guerra pelo exercício do direito à autodeterminação (Negash 1997, 163); em segundo lugar, a FLPE emitiu um documento de referendo, declarando que os eritreus deveriam ter a opção de escolher uma das três alternativas a seguir: a) união; b) federação dentro de uma estrutura de autonomia regional; ou c) independência; em terceiro lugar, a FLPE buscou apoio africano para a autodeterminação da Eritreia, apontando para paralelismos

entre a Eritreia e os argumentos históricos e legais usados para justificar os casos de independência da Namíbia e do Saara Ocidental.

A estratégia enfatizando o direito à autodeterminação como a principal causa da guerra obteve enorme apoio na Europa e na América do Norte. Embora, em sua proposta, a FLPE tenha atribuído um papel de supervisão à OUA e à implementação das Nações Unidas da opção de referendo, o governo etíope a negou. A proposta da FLPE era vista como evidência de que o movimento estava tentando encontrar uma solução política para o conflito (Negash 1997, 164).

Conclusão

Ao longo de aproximadamente um século, a Eritreia vivenciou grandes transformações políticas. Foi estabelecida como uma colônia italiana (1890-1941), administrada pela Grã-Bretanha (1941-1952), federada e incorporada à Etiópia (1952-1962), lutou pela independência (1962-1991), finalmente atingindo um Estado independente (1993). Este estudo examinou a dinâmica da secessão e os fatores determinantes por trás da ascensão bem-sucedida da Eritreia ao status de Estado independente.

O senso eritreu de uma identidade nacional distinta emergiu durante as décadas do domínio colonial italiano, intensificado durante os anos da administração britânica, amadurecendo como resultado das experiências do opressivo imperialismo etíope. Uma série de queixas sócio-políticas e econômicas contra o desmantelamento sistemático de Adis Abeba do status federal da Eritreia levou ao aumento de movimentos secessionistas na Eritreia e ao início de quase três décadas de conflito armado, que terminaram com a derrota do exército etíope. Este último evento abriu caminho para um referendo sancionado e monitorado pela ONU sobre a independência da Eritreia e para a ascensão do território ao status de Estado soberano.

Como a luta armada pela independência da Eritreia foi conduzida em meio a vários fatores que impediram as tentativas secessionistas anteriores de serem bem-sucedidas, este estudo argumentou que a secessão bem-sucedida da Eritreia foi resultado de uma forte combinação de fatores internos e externos. Internamente, o exército etíope foi derrotado como resultado das políticas de alienação do Dergue e da eficácia das estratégias da FLPE. Externamente, as reivindicações históricas e legais da Eritreia à soberania, o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, bem como o papel mediador

dos Estados Unidos, foram decisivos fatores para garantir o reconhecimento da Eritreia como um estado independente em 24 de maio de 1993.

Referências

- Anderson, G. 2013. *Secession in International Law and Relations: What Are We Talking About?* Disponível em: <http://digitalcommons.lmu.edu/ilr/vol35/iss3/1>.
- Bamfo, N. 2012. 'The Menace of Secession in Africa and Why Governments Should Care: The Disparate Cases of Katanga, Biafra, South Sudan, and Azawad', *Global Journal of Human Social Science Sociology Economics & Political Science* 12 (10): 37-48.
- Berhe, A. 2004. 'The Origins of the Tigray People's Liberation Front', *African Affairs*. 103 (413): 569-592.
- Breary, B. 2008. 'Separatist Movements: Should Nations have a Right to Self-determination?', *CQ Global Researcher*. 2 (4): 27-57.
- Buchanan, A. 1991. *Secession: the morality of political divorce from Fort Sumter to Lithuania and Quebec*. Colorado: Westview Press.
- Butt, A. I. 2017. *Secession and Security: Explaining State Strategy Against Separatists*. New York: Cornell University Press.
- Coggins, B. 2011. 'Friends in High Places: International Politics and the Emergence of States from Secessionism', *International Organization*. 65 (1): 433-67.
- Dersso, S. 2012. 'International Law and the Self-determination of South Sudan'. Institute for Security Studies. Paper 231.
- Doyle, D. H. (ed) 2010. *Secession as an International Phenomenon: from America's Civil to Contemporary Separatist Movements*. Georgia: University of Georgia Press.
- Engelbert, P. *et al.* 2002. 'Dismemberment and Suffocation: A Contribution to the Debate on African Boundaries', *Comparative Political Studies*. 35(10): 1093-1118.
- Fegley, R. 1995. *Eritrea*. Colorado: Clio Press.
- Herbst, J. 1989. 'The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa', *International Organization*. 43 (4): 673-692.
- Heraclides, A. 1991. *The Self-determination of Minorities in International Politics*. London: Frank Cass.

- Horowitz, D.L. 1985. *Ethnic Groups in Conflict*. Los Angeles: University of California.
- Hughes, A. 2004. 'Decolonizing Africa: Colonial Boundaries and the Crisis of the (Non) Nation State', *Diplomacy & Statecraft*. 15(4): 833-866.
- Iyob, R. 1995. *The Eritrean Struggle for Independence: Domination, resistance, nationalism 1941-1993*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ker-Lindsay, J. 2012. *The Foreign Policy of counter Secession: Preventing the Recognition of Contested States*. Oxford: Oxford University Press.
- Keller, E. 2007. 'Secessionism in Africa', *The Journal of African Policies*. 13(1): 1-26.
- Kohen, M.G. (ed) 2006. *Secession: International Law Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Markakis, J. 1987. 'The Nationalist Revolution in Eritrea', *The Journal of Modern African Studies*. 26 (1): 51-70.
- McNamee, T. 2012. *The first crack in Africa's map? Secession and Self-Determination after South Sudan*. The Brentehurst Foundation. Discussion Paper 2012/01.
- Mussie, T.G. 2011. *Eritrea*. California: Greenwood Publishing Group.
- NATIONS ONLINE. Political Map of Eritrea. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/eritrea-political-map.htm>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- Negash, T. 1997. *Eritrea and Ethiopia: The Federal Experience*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Paquin, J. 2010. *A Stability-Seeking Power: U.S. Foreign Policy and Secessionist Conflicts*. Quebec: McGill-Queen's University Press.
- Pateman, R. 1990. 'The Eritrean War'. *Armed Forces & Society*. 17 (1): 81-98.
- Pavkovi, A & Radan, P (eds) 2011. *The Ashgate Research Companion to Secession*. Farnham: Ashgate Publishing Company.
- _____. 2007. *Creating New States: Theory and Practice of Secession*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.
- Premdas, R. 2013. *Secession in the Contemporary World*. Disponível em: <http://www.isa-sociology.org/publ/E-symposium/E-symposium-vol-3-2-2013/EBul-Premdas-Jul2012.pdf>
- Schraeder, P.J. 1992. 'The Horn of Africa: US Foreign Policy in an Altered Cold War Environment', *Middle East Journal*. 46 (4): 571-593.

- Sherman, R. 1980. *Eritrea: The Unfinished Revolution*. New York: Praeger.
- Thomas, C. 2012. 'The Road to Afabet: The EPLF, Protracted Warfare, and the Liberation of Eritrea' in Brazilian Army Command (eds). *Acta of the XXXVII International Congress of Military History, Decolonization, Colonial, and Independence Wars from the 18th Century to the Present*. Rio de Janeiro: ECEME Press.
- Troco, A. A. 2018. 'Determinants of Successful Secessions in Post-colonial Africa: The Case of South Sudan', *Brazilian Journal of African Studies*. 3 (6): 55-74.
- Ylonen, A. 2013. 'The State and the 'Southern problem' in Sudan: Marginalisation, self-determination and secessionism', in Ndlovu-Gatsheni, S & Mhlanga, B. *The Bondage of Boundaries and identity Politics in Postcolonial Africa: The 'Northern Problem' and Ethno-Futures*, Pretoria: Africa Institute of South Africa.
- Wood, J.R. 1981. 'Secession: A Comparative Analytical framework', *Canadian Journal of Political Science*. 14 (1): 107-134.

RESUMO

Contrariamente à vasta maioria de Estados africanos, que adquiriram independência por meio de processos de descolonização de potências coloniais europeias, a Eritreia obteve a condição de Estado independente ao se retirar formalmente de um Estado africano soberano já estabelecido. Tal evento representa um desenvolvimento político memorável na África pós-colonial devido a ao menos duas razões: (i) foi a primeira vez que um movimento de secessão obteve sucesso na sua busca por independência; (ii) a luta por independência ocorreu em meio a um contexto continental particularmente hostil ao surgimento de novos Estados. Baseando-se em fontes de dados qualitativos secundários, o presente estudo examina a secessão da Eritreia contra o pano de fundo acadêmico que enfatiza o contexto social, político e econômico no qual as lutas secessionistas ocorrem. Argumenta-se que a secessão bem-sucedida da Eritreia se baseia na intersecção entre a política doméstica e a política global, combinando fatores como as históricas e legais reivindicações por autodeterminação territorial da região, as políticas de alienação do Estado de origem, a efetividade das estratégias operadas pelos movimentos de secessão, o fim da Guerra Fria, bem como o papel de apoio desempenhado pela superpotência vitoriosa do referido conflito. O estudo também adiciona novas e sistemáticas contribuições ao debate acerca dos determinantes para a secessão bem-sucedida na África pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE

Eritreia; Autodeterminação; Movimentos de Secessão; Separatismo; Conflitos de Secessão; África Pós-colonial.

Recebido em 24 de fevereiro de 2019

Aceito em 3 de agosto de 2019

Traduzido por Rodrigo do Santos Cassel